

ATA

Ata da audiência pública realizada na cidade de Formiga/MG, em 1º de julho de 2025

Ao dia 1º do mês de julho do ano de 2025, foi realizada, pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, uma audiência pública no plenário da Câmara Municipal de Formiga/MG. Estiveram presentes, compondo o dispositivo, Dr. Lucas Bacelette Otto Quaresma, Promotor de Justiça; Flávio Martins da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Formiga; Arley Gomes de Lagos Ferreira, Chefe de Gabinete do Município de Formiga; César Henrique Bittencourt, Major da Polícia Militar de Minas Gerais; Rodrigo César de Moraes, Capitão da Polícia Militar de Minas Gerais; Millena Ribeiro da Silva, Secretária Municipal da Administração e Desenvolvimento Econômico; Saimon Rodrigues Miranda, Secretário Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana; Silvino Luciano Silva, Presidente da ACIF CDL; Dr. Marcus Phillipe Vieira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP), além de representantes das lojas de conveniências e casas de shows do município e demais integrantes da sociedade civil.

Realizou-se audiência pública para os fins do disposto no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/93, regularmente convocada por meio do Edital de Divulgação, afixado na Promotoria de Justiça desde o dia 10/06/2025 e publicado no portal eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais desde o dia 10/06/2025, com o objetivo e a pauta apresentados a seguir:

1. Objetivo

A audiência teve como objetivo tratar dos impactos da ausência de limitação de horário de funcionamento das lojas de conveniência e casas de show na segurança pública de Formiga, apurados no bojo do Procedimento Administrativo n.º 02.16.0261.0194407.2025-11, em trâmite na 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Formiga.

2. Agenda da Audiência Pública



Abertura dos trabalhos: 18h30

Abertura da fala para os inscritos: 20h00

Encerramento pelo Promotor: 22h00

3. Desenvolvimento dos trabalhos

Os trabalhos foram presididos pelo Promotor de Justiça Dr. Lucas Bacelette Otto Quaresma. Declarada aberta a audiência, procedeu à composição da mesa, que se fez como relacionado abaixo:

Dr. Lucas Bacelette Otto Quaresma, Promotor de Justiça da 3ª Promotoria da Comarca de Formiga/MG;

Flávio Martins da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Formiga;

Arley Gomes de Lagos Ferreira, Chefe de Gabinete do Município de Formiga;

César Henrique Bittencourt, Major da Polícia Militar de Minas Gerais;

Rodrigo César de Moraes, Capitão da Polícia Militar de Minas Gerais;

Millena Ribeiro da Silva, Secretária Municipal da Administração e Desenvolvimento Econômico;

Saimon Rodrigues Miranda, Secretário Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana;

Silvino Luciano Silva, Presidente da ACIF CDL;

Dr. Marcus Phillipe Vieira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP).

O presidente, Dr. Lucas Bacelette Otto Quaresma, iniciou a reunião destacando a importância da audiência pública como instrumento de escuta da sociedade pelo Ministério Público e expondo um resumo do caso em análise. Em seguida, informou que os objetivos da audiência eram, principalmente, apurar os impactos da ausência de limitação de horário de funcionamento das lojas de conveniência e casas de show na segurança pública de Formiga, ouvindo todos os cidadãos interessados na questão.

Na sequência, foi dada a palavra aos membros da mesa para se manifestarem sobre o tema em pauta, conforme gravação da audiência pública (02:57:14):

César Henrique Bittencourt, Major da Polícia Militar de Minas Gerais: enfatizou que a Polícia Militar não é contra trabalhadores ou comerciantes, mas precisa de normativas claras para agir, tendo em vista a missão constitucional da garantia da ordem pública. Destacou que



muitas ocorrências na madrugada estão concentradas em lojas de conveniência, o que compromete o policiamento em outras áreas, sobrecarregando o efetivo policial e o atendimento de outras demandas urgentes, como violência doméstica e roubos. Explicou que a Polícia Militar não tem competência para fiscalizar horários de funcionamento, função que cabe à Prefeitura, e que, muitas vezes, acaba realizando segurança privada em eventos com fins lucrativos, sem estrutura mínima de segurança. Defendeu que a regulamentação da questão parta do Legislativo, concedendo respaldo jurídico à atuação policial e população local, que seja baseada no interesse público e na prevenção de crimes, lembrando que o atual Código de Posturas é de 1973, devendo ser elaborada uma lei equilibrada, que garanta a liberdade econômica, mas com limites e responsabilidades, para que a Polícia Militar possa atuar com eficácia e segurança jurídica.

Rodrigo César de Moraes, Capitão da Polícia Militar de Minas Gerais: complementou a fala do Major, destacando o princípio da prevalência do interesse público sobre o privado, apontando que a intenção da audiência não é inviabilizar atividades econômicas, mas buscar uma conciliação entre o direito ao trabalho e a necessidade de segurança pública. Ressaltou que muitos atendimentos urgentes à população deixam de ser feitos porque as viaturas estão ocupadas em ocorrências de brigas e tumultos nas lojas de conveniência e casas de show, especialmente durante a madrugada, sendo que essas ocorrências exigem deslocamento de várias viaturas, já que muitas envolvem armas brancas ou brigas generalizadas, demandando uso elevado de força por parte da Polícia Militar. Criticou a atuação de empresas de segurança contratadas por alguns estabelecimentos, que muitas vezes são irregulares e despreparadas, oferecendo mais problemas do que soluções. Lamentou a falta de informação da população sobre a gravidade do cenário e alertou que tragédias já aconteceram diversas vezes, incluindo homicídios e tentativas de homicídio, diretamente ligados a confusões em lojas de conveniência, além de furtos, lesões corporais, tráfico de drogas, ameaças e perturbações de sossego. Ressaltou que o problema não se limita ao interior das lojas, mas também ao seu entorno, onde ocorrem brigas, uso de drogas, urina em portas de casas e outros atos de desordem moral e social. Apresentou vídeos gravados pelo sistema de videomonitoramento mostrando agressões, pessoas portando facas e consumindo drogas, reforçando visualmente os riscos que os locais vêm gerando. Destacou que atividades ininterruptas, sem regulamentação, vêm impactando negativamente a segurança da cidade, e que o trabalho da Polícia Militar, que deveria ser preventivo, acaba sendo desviado para conter conflitos em locais que deveriam estar fechados. Defendeu a criação de restrições proporcionais, aplicáveis a todos, alertando para a sobrecarga das forças policiais durante a madrugada e a necessidade de ações



preventivas para a garantia do direito coletivo à segurança pública.

Flávio Martins da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Formiga: reconheceu que houve omissão histórica do Legislativo na atualização do Código de Posturas, mas afirmou que a atual legislatura está comprometida com a regulamentação e pronta para discutir e votar, de forma célere, o projeto do Novo Código de Posturas, protocolado pelo prefeito às 17:47, ouvindo todos os interessados e buscando equilíbrio entre liberdade econômica e segurança pública.

Arley Gomes de Lagos Ferreira, Chefe de Gabinete do Município de Formiga: destacou que a prefeitura protocolou novo Projeto de Lei baseado na Lei de Liberdade Econômica, permitindo o livre funcionamento, mas com responsabilização individual dos empreendedores que causarem prejuízos à ordem pública. Reforçou que a fiscalização será feita com base em critérios objetivos e caso a caso.

Millena Ribeiro da Silva, Secretária Municipal da Administração e Desenvolvimento Econômico: parabenizou a iniciativa da audiência e destacou que a intenção do município nunca foi cercear a atividade econômica, mas sim garantir um ambiente de trabalho equilibrado e seguro, com regulamentações razoáveis que respeitem o direito de empreender.

Silvino Luciano Silva, Presidente da ACIF CDL: agradeceu o convite e lembrou que a ACIF-CDL apresentou proposta de Código de Posturas ao Executivo em 2022, que acabou não sendo votada. Defendeu a liberdade comercial com responsabilidade, ressaltando que o setor produtivo precisa ser ouvido, pois gera empregos e paga impostos. Reiterou a disposição da entidade para contribuir com as discussões futuras.

Dr. Marcus Phillipe Vieira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP): parabenizou a iniciativa da audiência e destacou a importância de ouvir os comerciantes, que também sofrem com a insegurança. Reconheceu o trabalho técnico da Polícia Militar e defendeu que a Câmara aproveite o momento para protagonizar a regulamentação. Ressaltou que regulamentar é positivo, desde que se ouça todos os lados.

Ato contínuo, foi franqueado o uso da palavra aos cidadãos presentes, representantes da sociedade civil interessados na temática em debate. As inscrições para a manifestação oral foram realizadas no próprio local, ocasião em que 10 (dez) participantes devidamente



inscritos apresentaram suas considerações:

Luciano Márcio de Oliveira, vereador: ressaltou a importância da audiência pública como espaço de diálogo para buscar uma solução equilibrada que concilie o direito ao trabalho dos comerciantes, a segurança pública e a atuação do Estado, considerando inclusive a defasagem do efetivo policial. Mencionou que um projeto de lei sobre o tema foi recentemente protocolado na Câmara, e que os parlamentares aguardarão a análise e discussão do texto para buscar uma solução viável para todos os envolvidos: comerciantes, comunidade, Ministério Público e Polícia Militar. Sugeriu que medidas como instalação de câmeras internas e externas e exigência de segurança física para determinados estabelecimentos sejam avaliadas como forma de mitigar os problemas externos relacionados ao funcionamento noturno, reforçando que o objetivo é construir um consenso que promova segurança sem inviabilizar a atividade econômica.

Leandro Henrique dos Santos, sócio da empresa Casa de Shows Brasil: defendeu a importância do funcionamento noturno dos estabelecimentos, esclarecendo que muitos comerciantes, como ele, só trabalham nesse horário por necessidade econômica. Ressaltou que embora existam episódios negativos associados à noite, muitos frequentadores são pessoas de bem que buscam apenas lazer e descontração, e que há também aspectos positivos, como relações sociais e afetivas que se iniciam nesses espaços. Destacou ainda que seu estabelecimento preza pela segurança, contando com seguranças treinados, com experiência e qualificação. Enfatizou o compromisso com a segurança dos clientes e a disposição para colaborar com o poder público, inclusive assumindo custos para instalação de câmeras internas e externas, caso seja necessário. Reforçou o desejo dos comerciantes de continuarem trabalhando dentro da legalidade, com responsabilidade e em busca de soluções que não prejudiquem o setor, defendendo a responsabilização individual por eventuais irregularidades, sem penalizar coletivamente os empreendedores.

Rita de Cássia Palhares Castro, sócia da empresa Casa de Shows Brasil: questionou sobre o número de policiais e viaturas disponíveis em Formiga, apontando que, se são poucos, isso compromete a eficácia da segurança, especialmente durante a madrugada. Argumentou que a violência não se inicia nos estabelecimentos noturnos, mas sim dentro das casas, e cobrou ações preventivas por parte do poder público. Defendeu que, para melhorar a segurança da cidade, é necessário investir no aumento do efetivo policial e em mais viaturas, especialmente diante da expansão urbana e dos problemas enfrentados nas periferias, como tráfico de drogas



e abuso. Refletiu sobre a mudança de valores da sociedade, observando que, atualmente, muitas crianças idealizam o uso da arma em vez de almejar ser policial, como ocorria no passado. Concluiu que, sem ações efetivas de prevenção, especialmente voltadas à valorização da carreira policial e ao combate à violência, a cidade não conseguirá avançar em termos de segurança pública.

Dilzair Olímpio de Castro, funcionário da empresa Casa de Shows Brasil: apenas disse que já se sentia representado pelas falas do Leandro e de sua esposa (Rita), por isso optou por não se estender.

Nilson Eduardo Gomes, empresário: ressaltou que o objetivo do debate deve ser buscar soluções para os problemas existentes, sem penalizar coletivamente os estabelecimentos que funcionam de forma regular. Destacou que suas lojas empregam diretamente 60 pessoas, além de beneficiar mais de 180 indiretamente, incluindo 20 membros de sua própria família. Enfatizou a importância social e econômica desses estabelecimentos, especialmente no período noturno. Explicou que 40% das vendas em lojas de conveniência não são de bebidas alcoólicas, mas de produtos essenciais como leite, fraldas, arroz, feijão e até medicamentos de uso comum, atendendo a necessidades emergenciais da população. Defendeu que, em vez de restringir ou fechar os comércios, o poder público deveria agir de forma pontual, responsabilizando quem realmente comete abusos e promovendo mais segurança.

Heitor Carvalho, proprietário da empresa Mercado da Cerveja: enfatizou que os comerciantes não podem permanecer em um “limbo jurídico”, em que existe uma lei que não é efetivamente aplicada. Defendeu a ampliação do horário de funcionamento para 24 horas, com liberdade e responsabilidade. Ressaltou que isso não significa permissividade, mas sim um compromisso com a ordem e a legalidade. Destacou o impacto social e econômico do setor, citando que emprega diretamente 40 pessoas e diversas outras indiretamente. Criticou a generalização do termo “loja de conveniência”, afirmou que a concentração de pessoas, e não a natureza do comércio, é o fator que pode gerar ocorrências, e que episódios de violência ocorrem em diversos contextos, inclusive em eventos diurnos ou locais públicos. Defendeu que cada estabelecimento seja responsabilizado individualmente por sua conduta, e não que o setor como um todo seja penalizado. Por fim, informou que a intenção inicial era solicitar a ampliação de prazo para propor uma emenda ao projeto que trata do horário de funcionamento, evitando a necessidade de recorrer ao TAC. Contudo, com o envio de um Projeto de Lei pela prefeitura à Câmara, manifestou expectativa de que seja uma proposta



justa e equilibrada para todos os envolvidos.

Thadeu Alencar, vice-presidente do Conselho Municipal de Turismo: destacou a complexidade do tema, ressaltando a necessidade de se enxergar os dois lados: os comerciantes que precisam trabalhar e sustentar suas famílias, e a Polícia Militar, que atua com recursos escassos e sob forte pressão. Representando o Conselho Municipal de Turismo, defendeu que é imprescindível encontrar um equilíbrio entre o funcionamento dos empreendimentos e a garantia da segurança pública, pois sem ambas não há turismo viável. Elogiou o tratamento democrático e propositivo que vem sendo dado à questão, citando como exemplo o diálogo anterior com a Polícia Militar sobre o Distrito Turístico. Criticou a omissão histórica do poder público, refletida em legislações ultrapassadas, como o Código de Posturas da década de 1970. Apontou problemas que agravam a situação da segurança, como festas clandestinas e o impacto dos eventos nas áreas externas dos estabelecimentos. Alertou que a segurança privada não substitui a atuação da Polícia Militar, e que é preciso amadurecer institucionalmente para permitir uma articulação mais eficaz entre Prefeitura, Polícia Militar e setor privado, nos moldes de grandes centros como Belo Horizonte. Afirmou que o problema é, sobretudo, político: falta efetivo e estrutura para a Polícia Militar exercer seu trabalho de forma digna e eficaz. Por isso, convocou os vereadores, empresários e demais autoridades a promoverem uma mobilização política para cobrar do Governo do Estado o aumento do efetivo policial e o envio de viaturas para o município. Finalizou pedindo união suprapartidária e ação coletiva para que, além de mudanças legais, seja firmado um pacto político em defesa da cidade e da segurança pública, ressaltando que os servidores e autoridades devem agir em prol da população.

Joice Alvarenga Borges Carvalho, vereadora: evidenciou a importância da audiência pública como espaço democrático para ouvir todos os envolvidos no debate sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos noturnos, visando decisões justas, equilibradas e que não prejudiquem nem a segurança pública, nem a geração de emprego e renda. Ressaltou que é papel do legislativo construir soluções coletivas, sem arbitrariedades, e que o momento é oportuno para buscar esse equilíbrio. Relatou que, em 2023, a administração municipal enviou à Câmara um projeto de atualização do Código de Posturas, e que ela mesma solicitou a realização de audiência pública para discutir o texto. Explicou que o Código de Posturas é uma legislação ampla, que não trata apenas de horários de funcionamento, mas também de temas como publicidade, feiras livres e comércio ambulante, áreas que muitas vezes já possuem legislações específicas. Por isso, reforçou que esse tipo de projeto não pode ser



votado de forma apressada, pois alterações pontuais podem gerar desequilíbrios e dificuldades para outros setores da sociedade. Informou que o projeto de 2023 não foi desarquivado no início de 2024, mas que agora, com a notícia da entrada de um novo projeto de lei, se compromete a adiantar o processo, buscando uma solução efetiva e democrática. Por fim, declarou seu posicionamento contrário à imposição de limites rígidos de horário. Defendeu que o problema da segurança pública não está no funcionamento noturno em si, mas em causas mais complexas, e que restringir horários seria uma medida ineficaz e que afronta a liberdade econômica garantida pela Constituição. Disse ser favorável à liberdade de funcionamento, desde que acompanhada de requisitos e responsabilidades claras que garantam a ordem pública. Afirmou estar confiante de que o novo projeto trará esse caminho do meio, permitindo que os estabelecimentos operem sem restrições arbitrárias, mas com compromissos que assegurem a segurança de todos.

Thiago Leão Pinheiro, vereador: salientou sua preocupação com o equilíbrio entre manter Formiga uma cidade “viva”, com eventos, comércio ativo e oportunidades de lazer, e garantir a segurança pública para todos os cidadãos. Ressaltou que não deseja que o município se torne uma “cidade morta” por conta de medidas excessivamente restritivas, como proibições generalizadas ao funcionamento de estabelecimentos ou à realização de eventos, defendendo que é possível conciliar desenvolvimento com responsabilidade. Destacou a importância do bom senso e do diálogo, tanto com os comerciantes quanto com a Polícia Militar e o Poder Executivo, para se chegar a uma solução justa e eficaz. Reforçou que não está do lado “A” ou “B”, mas sim do lado da ponderação e da legalidade. Apontou a necessidade de discutir propostas concretas, como a extensão do horário de funcionamento, com base em dados, experiências práticas e a escuta de todas as partes envolvidas. Lembrou que tanto o direito ao lazer quanto à segurança pública estão previstos na Constituição Federal e precisam ser garantidos de forma simultânea. Reconheceu o papel essencial da Polícia Militar e elogiou os avanços obtidos em Minas Gerais com investimento estratégico em policiamento, reforçando que planejamento e estrutura adequada fazem diferença. Com o anúncio da chegada do novo projeto do Código de Posturas, considerou o momento oportuno para aprofundar o debate e construir soluções viáveis. Manifestou apoio à ideia de permitir o funcionamento dos estabelecimentos com base em critérios objetivos e responsabilização individual. Finalizou colocando-se à disposição para contribuir com o diálogo e a busca por um caminho equilibrado que assegure todos os direitos constitucionais envolvidos.

Cid Corrêa Mesquita, vereador: realçou que, como vereador eleito pelo povo, sempre estará



ao lado da maioria e defende decisões equilibradas que fortaleçam tanto a segurança pública quanto a economia local. Considerou a realização da audiência pública um marco de esperança e diálogo em um novo ciclo de gestão mais aberta e colaborativa. Ressaltou que Formiga não possui um setor industrial forte e que o comércio é a base da economia municipal, sendo responsável por gerar empregos, renda e sustento para muitas famílias. Enalteceu os comerciantes como peças fundamentais na estrutura socioeconômica da cidade, e afirmou que não se pode penalizar todo o setor por conta de episódios pontuais de vandalismo, devendo a responsabilização ser individual. Defendeu a liberdade de funcionamento dos estabelecimentos, mas com responsabilidade e regras, afirmando que é possível garantir tanto o direito à liberdade econômica quanto a manutenção da ordem pública. Também criticou o fato de jovens estarem deixando Formiga para buscar lazer em cidades vizinhas menores, por falta de estrutura local, e defendeu que é melhor organizar eventos com responsabilidade do que perder esse público. Reforçou a necessidade de revisão do Código de Posturas, o qual, para sua surpresa, é de 1973, considerando isso reflexo da lentidão do sistema público diante de demandas crescentes. Finalizou colocando-se à disposição como cidadão e vereador, reafirmando seu compromisso com a defesa das famílias, do emprego e da segurança pública.

Na sequência dos pronunciamentos, o presidente da audiência pública, Promotor de Justiça Dr. Lucas Bacelette Otto Quaresma, destacou a audiência pública como espaço democrático para compor soluções entre segurança pública e livre iniciativa. Parabenizou o início da tramitação do novo Código de Posturas, mas alertou que sua complexidade exige tempo. Diante da urgência dos problemas apontados pela Polícia Militar, sugeriu uma lei específica sobre horário de funcionamento, que teria tramitação mais simples e célere. Destacou o compromisso institucional com o diálogo e, por fim, franqueou a palavra aos membros da mesa para eventuais considerações finais, concedendo a palavra ao Major César Henrique Bittencourt.

César Henrique Bittencourt, Major da Polícia Militar de Minas Gerais: afirmou que a Polícia Militar não se opõe ao funcionamento de comércios e que, durante toda a reunião, em nenhum momento houve qualquer fala da mesa sobre fechamento de estabelecimentos, sendo interpretações equivocadas de alguns participantes. Destacou que o papel da Polícia Militar foi apenas o de fornecer informações à população, esclarecendo que a instituição está sobrecarregada devido à alta demanda, especialmente nos horários noturnos. Pontuou que há limitações legais para aumento de efetivo, uma vez que a contratação na Polícia Militar



depende de concurso público e não ocorre de forma imediata. Ressaltou que a Polícia Militar atua de forma reativa, apenas quando acionada, e que não tem função de fiscalização administrativa, que cabe exclusivamente à Prefeitura. Alertou que aprovar uma lei sem estrutura para fiscalização pode gerar descrédito ao Legislativo, pedindo atenção à viabilidade de execução da norma. Reforçou que a Polícia Militar é coadjuvante no processo e que os protagonistas são a população e os vereadores. Finalizou agradecendo o apoio do Ministério Público e se colocando à disposição para tratar de questões relacionadas ao tema.

Não havendo mais manifestações, o presidente da audiência pública, Dr. Lucas Bacelette Otto Quaresma, agradeceu a presença de todos e afirmou que o Ministério Público seguirá acompanhando o caso. Informou que analisará todas as falas para definir a postura a ser adotada. Destacou que se sente mais tranquilo ao ver que todas as instituições estão empenhadas em resolver a questão de forma conjunta. Encerrou oficialmente os trabalhos às 22h00.

Formiga, 1º de julho de 2025.

Lucas Bacelette Otto Quaresma
Promotor de Justiça

**MANIFESTO DE
ASSINATURA**



ASSINADO ELETRONICAMENTE POR:

LUCAS BACELETTE OTTO QUARESMA, Promotor de Justiça, em
09/07/2025, às 16:31

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

DF6CB-4BC19-B067F-B43C6

Para verificar as assinaturas leia o QR code abaixo ou
acesse

<https://mpe.mpmg.mp.br/validar>

